

Relatório de viagem London Tech Week  
Henrique Faulhaber

A London Tech Week 2026, realizada em junho, exemplifica bem o momento de inflexão que temos no debate tecnológico. Superada a fase de euforia em torno da IA generativa de 2025, o evento adotou uma agenda pragmática, focada em soberania digital, governança operacional e resiliência.

Foi muito abordado o controle da infraestrutura pelos países. Esse debate foi catalisado pelo lançamento oficial do Pacote de Soberania Tecnológica da União Europeia, divulgado dias antes, que impactaram as discussões em Londres.

O pacote europeu, apresentado pela Comissão Europeia em 3 de junho, busca reduzir a dependência de fornecedores externos. Fundamentado no Cloud and AI Development Act, no Chips Act 2.0 e no fomento ao Open Source, o documento define que a soberania é uma necessidade de sobrevivência política.

Durante o evento, essa visão foi amplamente endossada. Hermann Hauser, cofundador da Amadeus Capital, ao debater a reconstrução da "pilha tecnológica" da Europa, afirmou que o pacote europeu é a ferramenta essencial para retomar a autonomia sobre a infraestrutura crítica.

A urgência do tema foi referida pelo primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, em sua palestra "Defining a Sovereign Compute Capability". Ele posicionou a soberania de computação como pilar de segurança nacional, anunciando £ 400 milhões para aquisição de chips de IA especializados.

O objetivo de Starmer é garantir que o ecossistema Britânico tenha acesso a processamento soberano. Assim, evita-se a dependência absoluta de hyperscale estrangeiros que ditam as regras da inovação global.

A conferência também debateu a coexistência com players globais, evitando o isolacionismo. No keynote Scaling AI Responsibly in a Globalized Market, Darren Hardman, da Microsoft UK, buscou equilibrar soberania e escala global, propondo camadas de governança sobre a infraestrutura.

Para o setor público, Hardman defendeu a priorização da localização de dados, encriptação avançada e controle jurisdicional. A estratégia é garantir que o comando sobre os ativos críticos permaneça sob as leis nacionais, mesmo que a nuvem seja global.

A maturidade do setor apareceu na discussão sobre a operacionalização da IA. No painel AI Is Live. Now What?, Sam Roddick, da Deloitte, alertou para o risco da governança descentralizada, onde ferramentas são adotadas na base sem supervisão, criando vulnerabilidades.

Roddick enfatizou que o desafio de 2026 é a integração de mecanismos de auditoria em tempo real. O objetivo é evitar que a IA funcione como uma "caixa preta" incontrolável, garantindo transparência nos processos decisórios dentro de empresas e órgãos públicos.

Esse tema ecoou nas falas da Secretária Liz Kendall e do Ministro de IA e segurança Kanishka Narayan. Em mesa redonda, eles destacaram a necessidade de "capacitação executiva", defendendo que o Estado só exerce soberania se seus líderes possuírem compreensão técnica real sobre as ferramentas.

A dimensão regulatória avançou com a defesa das Regulatory Sandboxes. Em sua palestra, Lloyd of Effra defendeu que o modelo eficaz para áreas sensíveis é a cooperação entre governo e indústria em ambientes controlados, permitindo testes rápidos de segurança.

Além da soberania, a London Tech Week 2026 dedicou uma parcela significativa de seu programa à "IA Aplicada e Responsável". O foco saiu dos princípios éticos teóricos para a implementação técnica em setores essenciais, como saúde, finanças e justiça. O painel AI for Public Good: Scalability and Ethics foi um dos pontos altos. A palestrante Helen Mott, Diretora de Estratégia Tecnológica do NHS (National Health Service), discutiu a implementação de IA na análise diagnóstica. Ela enfatizou que a adoção "responsável" no setor público exige que os algoritmos sejam auditáveis desde o treinamento, garantindo que preconceitos de dados não sejam automatizados na triagem de pacientes.

No setor financeiro, o painel Building Trust in Financial AI trouxe o Dr. Aris Vrettos, da Cambridge Institute for Sustainability Leadership, e executivos do setor bancário. A discussão focou no conceito de "IA Explicável" (XAI). Eles argumentaram que, em finanças, a precisão do modelo é secundária à capacidade de explicar o "porquê" de uma decisão de crédito automatizada, essencial para a conformidade com as novas leis de transparência da UE e do Reino Unido.

Por fim, o painel Sustainable AI: The Energy Cost of Intelligence trouxe Dr. Maria Hernandez, da Oxford University, que tratou a sustentabilidade como um pilar da responsabilidade. Ela destacou que o uso responsável de IA em larga escala é impossível se a infraestrutura for energeticamente ineficiente, propondo que empresas e governos publiquem o "custo de carbono" de cada modelo de IA treinado, forçando o mercado a buscar arquiteturas mais leves e eficientes.

Esses painéis reforçaram que a "IA responsável" não é um obstáculo à inovação, mas sim a condição de possibilidade para ela. A mensagem entre os palestrantes foi que, sem confiança pública e métricas rigorosas de governança, o setor corre o risco de enfrentar uma rejeição social que pode paralisar o desenvolvimento tecnológico por anos.

A London Tech Week 2026 destacou como o ecossistema de inovação britânico convergiu para setores de infraestrutura pesada, transição energética e biotecnologia. Startups como a Quantis Energy e a NeuroChip Solutions ganharam protagonismo não por algoritmos de conversação, mas por soluções tangíveis: eficiência energética para datacenters e semicondutores de baixo consumo, atendendo à demanda por infraestrutura soberana. Da mesma forma, empresas de "GovTech", como a CivicAI, apresentaram ferramentas de gestão urbana que conectam sistemas legados do governo a fluxos de dados modernos, demonstrando a versatilidade de interoperabilidade necessária para o Estado.

O diferencial competitivo britânico, contudo, não reside apenas no talento das empresas, mas na forma como o governo estruturou seu apoio. A política Inglesa forçou a quebra de

contratos gigantescos de TI em projetos modulares, buscando diminuir o vendor lock-in e permitindo que empresas menores competissem em pé de igualdade.

O novo Procurement Act, consolidado em 2026, permite que o governo priorize o "valor social" e a inovação tecnológica, em vez de focar apenas no menor preço ou em históricos financeiros extensos.

O governo superou a meta de direcionar 33% dos gastos públicos para PMEs, criando um ecossistema que sustenta o crescimento tecnológico nacional. Além da economia gerada pela adoção de soluções open source e modulares — reduzindo drasticamente o Custo Total de Propriedade (TCO), observou-se um efeito multiplicador potente: para cada £ 1 investido pelo Estado via compra pública inovadora, a startup consegue captar, em média, de £ 3 a £ 5 de investimento privado em rodadas subsequentes. Isso demonstra que o governo atua como um validador de mercado, reduzindo drasticamente o risco para o capital de risco.

A filosofia por trás dessa política pública, amplamente defendida por líderes como Indro Mukerjee (CEO da Innovate UK), é que o Estado deve agir como um laboratório vivo. Ao utilizar Regulatory Sandboxes e testbeds em rede pública ou no sistema de saúde (NHS), o governo valida tecnologias antes de ganharem escala comercial. O sucesso dessa abordagem baseia-se na inversão da percepção de risco: falhar em um piloto pequeno é visto como aprendizado, enquanto manter contratos de dez anos obsoletos é considerado um verdadeiro desastre administrativo.

Para o Brasil, o histórico britânico oferece uma lição. O sucesso não depende apenas de leis de inovação, mas da capacidade do gestor público de aceitar a experimentação.

Políticas de apoio não devem se limitar a incentivos fiscais; elas devem transformar o governo em um cliente exigente e um parceiro ativo de experimentação.

Essa dinâmica tende a criar um ciclo virtuoso onde o Estado define diretrizes estratégicas, como soberania digital e resiliência energética, e a tecnologia das startups preenche as lacunas de inovação.

A experiência do Reino Unido mostra que é necessária também uma reforma profunda nos modelos de compras públicas. Contratos de tecnologia com ciclos longos, comuns no Brasil, são incompatíveis com a natureza evolutiva da IA, exigindo modelos ágeis de contratação que permitam a atualização tecnológica.